



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2010.
(Do Sr. Paulo Bornhausen)

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, Sr. Fernando Haddad, a respeito do recente vazamento de dados sigilosos de estudantes, ocorrido no sítio eletrônico do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50 do § 2º da Constituição Federal de 1988 e no inciso I do artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, Sr. Fernando Haddad, pedido de informação a respeito do recente vazamento de dados sigilosos de estudantes, ocorrido no sítio eletrônico do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio, em especial aos seguintes questionamentos:

1. Quais medidas estão sendo adotadas para apurar a responsabilidade do vazamento de dados?
2. Quais medidas não foram adotadas para a preservação do sistema responsável pelo armazenamento de dados?
3. O serviço é terceirizado? Em caso positivo, qual sanção prevista no contrato?

Quaisquer documentos, se houver, que sejam remetidos com a



chancela de “sigilosos” terão exibição restrita apenas a este requerente, aplicando-se o disposto no art. 98, § 5º, do RICD.

J U S T I F I C A T I V A

A população brasileira, mais uma vez, está perplexa e indignada com a negligência do Ministério da Educação, em relação aos dados dos alunos que realizaram, nos últimos três anos, os Exames do Enem.

Para tanto, nos valem da notícia veiculada na edição do jornal “O Estado de São Paulo”, do dia 04 de agosto de 2010, que transcrevemos *in totum*:

Uma falha do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) permitiu acesso livre aos dados pessoais de 12 milhões de inscritos nas últimas três edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Até o fim da tarde de ontem, os estudantes cadastrados tiveram informações como nome, RG, CPF, data de nascimento e nome da mãe expostos em links abertos no site do Inep - a reportagem conseguiu acessar, por exemplo, dados e até as notas do filho do ministro da Educação, Fernando Haddad, que prestou o Enem em 2009.

As listas eram de uso interno do Inep, responsável pela organização do Enem, e não deveriam estar disponíveis livremente. Os links davam acesso aos arquivos com todos os inscritos das edições de 2007, 2008 e 2009, sem a necessidade de senha. Os endereços já estavam fora do ar às 17 horas de ontem, horas depois de o Ministério da



Educação (MEC) ter sido avisado da falha pelo **Estado**.

A reportagem foi alertada sobre o vazamento por técnicos de uma escola de 1.º e 2.º graus da Grande São Paulo, que pediram anonimato. Eles encontraram os endereços eletrônicos há cerca de quatro meses, ao pesquisar no portal para ver se as notas dos alunos já haviam sido divulgadas. Para ter acesso aos dados, não foi necessário fazer nenhum trabalho de hacker, mas seguir links indicados no portal.

Como a relação continha ainda o número de inscrição no Enem, foi possível ter acesso ao desempenho individual dos candidatos, o que contraria o edital do Enem.

O documento que traça as diretrizes do Enem garante o sigilo dos dados e ressalta que os resultados só poderiam ser divulgados "mediante a autorização expressa do participante". A segurança das informações em órgãos públicos também é regulamentada pelo decreto federal 3505/2000. O texto é claro sobre a obrigação dos órgãos em assegurar a inviolabilidade dos dados, "obrigando a conscientização dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal sobre a importância das informações processadas e sobre o risco da sua vulnerabilidade".

Aliás, essa não é a primeira vez que os responsáveis pelo referido exame têm que se justificar publicamente acerca de problemáticas envolvendo o Enem.

Em 2009, o exame teve que ser cancelado, pois teve seu conteúdo vazado. Depois de intensas investigações, os envolvidos foram presos e o Presidente do Inep à época, Reynaldo Fernandes, foi exonerado do cargo. Mais de 3,5 milhões de alunos, no entanto, foram



CÂMARA DOS DEPUTADOS

prejudicados, já que a maioria das Universidades não utilizou o critério do MEC para efeitos de nota no Vestibular.

As confusões não pararam por aí. Já que no primeiro semestre, tanto o sítio eletrônico do Enem, quanto do Sisu – Sistema de Seleção Unificada, tiveram seus acessos frustrados, talvez em decorrência do grande número de alunos que tentaram acessá-los ou talvez – muito provavelmente – por má ingerência destes órgãos. Nada justifica tamanho desleixo em relação aos alunos do ensino médio.

Por fim, devido à falta de posicionamento firme por parte do Ministério da Educação, no ano de 2009, em determinar se o Enem seria realizado uma duas vezes ao ano, grandes vestibulares como Fuvest e Unicamp desistiram de usar as notas do Enem na composição da nota final.

O presente requerimento de informações tem como objetivo, portanto, detectar as reais causas de tal vazamento e as medidas que serão adotadas pelo Ministério da Educação para impedir novos acontecimentos como este.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 2010.

Deputado PAULO BORNHAUSEN
Líder do DEMOCRATAS

¹ http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100804/not_imp590058,0.php